

Informe

informe@ofluminense.com.br

Gilmar manda soltar Garotinho e Rosinha

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a soltura dos ex-governadores Anthony e Rosinha Garotinho, na quinta (31/10). Eles foram presos na manhã de quarta-feira (30/10). Gilmar ainda determinou algumas medidas cautelares ao casal, como a proibição de contato com outros investigados ou testemunhas; a entrega dos passaportes e a saída do país sem autorização; e o comparecimento à Justiça uma vez por mês para comprovar residência. Na noite de quarta, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Leopoldo de Arruda Raposo negou o pedido de liberdade aos ex-governadores.

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Presos na quarta, Rosinha e Garotinho conseguiram soltura um dia depois

De olho nos frutos do mar

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, disse na quinta (31/10) não ter, até o momento, qualquer evidência que justifique “interrupção abrupta” do consumo de frutos do mar, apesar das manchas de óleo que têm surgido nas praias nordestinas. De acordo com ele, o monitoramento tem sido feito de forma constante para que, ao primeiro sinal de risco, a população possa ser alertada.

Análise ‘full time’

“Até agora não temos nenhum elemento para dizer [à população que] interrompa o consumo. Estamos, em full time analisando e retirando ostras, mariscos, mexilhões, lagostas, peixes, pescada, barracudas e não achamos ainda algo que represente risco. Ocorrendo, imediatamente o Ministério dará o alarde”, disse o ministro, ao chegar para um evento na Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), em Brasília.

Mais ocupação com informalidade

A taxa de desocupação no Brasil fechou o trimestre móvel encerrado em setembro em 11,8%, com leve queda em relação ao trimestre anterior (12%), finalizado em junho, e quanto ao trimestre que acabou em setembro do ano passado (11,9%). Dados do IBGE que parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) mostra que o número de desocupados soma 12,5 milhões, uma redução de 251 mil pessoas. Já a população ocupada atingiu 93,8 milhões, aumento de 459 mil pessoas, mas na condição de informalidade.

Conta de luz pode subir

As contas de luz dos consumidores de todo o país poderão ter aumento médio de 2,42% em 2020. O aumento consta de consulta pública aberta pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre o orçamento para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), subsídio pago pelo consumidor.

Repasse ao consumidor

Em 2020, a Aneel aprovou um orçamento para a CDE de R\$ 22,453 bilhões, um aumento de 11% em relação ao orçamento deste ano, de R\$ 20,208 bilhões. Desse montante, a parte paga pelos consumidores teve um aumento de 27% e deve passar de R\$ 16,238 bilhões para R\$ 20,645 bilhões.

Mega-Sena: aposta mais cara

O Ministério da Economia autorizou a Caixa Econômica Federal a reajustar, a partir de 1º de janeiro de 2020, os preços de suas loterias, conforme portaria nº 8.061 da Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria, da Secretaria Especial de Fazenda, do Ministério da Economia, publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (31). A Mega-Sena, cuja a aposta simples, com seis dezenas marcadas, o apostador paga atualmente R\$ 3,50, passará para R\$ 4,50.

Militares: recurso na Câmara

Parlamentares de 13 partidos protocolaram nesta quinta (31) recurso para que o Projeto de Lei (PL) 1.645/2019, que trata da reforma da previdência das Forças Armadas, seja votado no plenário da Câmara. Aprovado terça-feira em comissão especial, o texto tramitava em caráter conclusivo e poderia ser enviado diretamente ao Senado, caso não houvesse recurso com adesão de pelo menos 51 deputados, para que fosse apreciado no plenário. O documento foi proposto pelo deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) e obteve a adesão de 61 congressistas do Novo, PT, PSB, PSOL, Pode, PROS, PCdoB, DEM, PL, PSDB, PDT, PTB, PSD.

Com Agência Brasil

Para Bolsonaro, quem cogita novo AI-5 ‘está sonhando’

Comentário foi sobre declaração feita pelo filho Eduardo, que depois pediu desculpas

Isac Nóbrega/PR



De volta ao Brasil, Bolsonaro descartou a possibilidade

Pablo Valadares/Agência Câmara



Deputado afirma que sua fala foi mal-interpretada

O presidente Jair Bolsonaro disse na quinta-feira (31/10) que quem cogita a possibilidade de um novo AI-5 (Ato Institucional Número 5) no país “está sonhando”. A fala do presidente foi um comentário sobre a declaração de seu filho Eduardo Bolsonaro, deputado federal pelo PSL de São Paulo. Durante entrevista à jornalista Leda Nagle, veiculada no YouTube, o deputado disse que, se houver uma radicalização da esquerda, “a gente vai precisar ter uma resposta e uma resposta pode ser via um novo AI-5, pode ser via uma legislação aprovada através de um plebiscito como ocorreu na Itália, alguma resposta vai ter que ser dada”.

O presidente disse desconhecer as declarações do filho, mas afirmou que lamenta caso Eduardo tenha dito algo nesse sentido. “Ele é independente, tem 35 anos. Se ele falou isso, que eu não estou sabendo, lamento”, disse Jair Bolsonaro.

Eduardo deu a declaração ao falar sobre os protestos de rua em outros países da América Latina. No final da tarde, após toda a repercussão causada por sua fala, o deputado fez um pedido de desculpas no programa do apresentador José Luiz Datena, Brasil Urgente, da Band. “Peço desculpas a quem porventura tenha entendido que eu estou estudando o retorno do AI-5, ou achando que o governo de alguma maneira - mesmo eu não fazendo parte do governo - estuda alguma medida nesse sentido. Essa possibilidade não existe”, declarou, afirmando que sua fala em entrevista à Leda Nagle foi mal-interpretada.

Críticas – O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que também preside o Congresso, emitiu nota sobre a fala do deputado Bolsonaro. Alcolumbre disse que a democracia “é intocável sob o ponto de vista civilizatório”. “Não há espaço para que se fale em retrocesso autoritário. O fortalecimento das instituições é a prova irrefutável de que o Brasil é, hoje, uma democracia forte e que exige respeito.”

Já o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também em nota, lembrou que o parlamentar, ao tomar posse, jurou respeitar a Constituição de 1988. Maia destacou ainda que a Carta Magna tem instrumentos para punir quaisquer grupos ou cidadãos que atentem contra seus princípios. “A apologia reiterada a instrumentos da ditadura é passível de punição pelas ferramentas que detêm as

instituições democráticas brasileiras. Ninguém está imune a isso. O Brasil jamais regressará aos anos de chumbo.”

A Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) também se manifestou sobre o assunto. “Defender o Estado Democrático de Direito é dever de todos os brasileiros, especialmente por aqueles eleitos pelo voto direto. Por isso, é indispensável que a Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, a casa do povo, tome urgentemente as providências cabíveis”, diz a frente.

O Diretório Nacional do PSL também publicou nota sobre a declaração do deputado. O partido disse que repudia “qualquer manifestação antidemocrática que, de alguma forma, considere a reedição de atos autoritários”.

Também o movimento sindical brasileiro repudiou em nota “as declarações ameaçadoras do

deputado, em que advoga um novo AI-5 para reprimir as forças do campo democrático, popular e as lutas sociais”.

Sobre o AI-5 – Publicado dia 13 de dezembro de 1968, no governo de Costa e Silva, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) é considerado o mais duro dos atos do período militar (1964-1985). O dispositivo autorizava o presidente da República a decretar o recesso do Congresso Nacional, das assembleias legislativas e das câmaras de vereadores, cassar mandatos de parlamentares e suspender direitos políticos dos cidadãos. Após a publicação do ato, o presidente Costa e Silva fechou o Congresso Nacional por tempo indeterminado. Segundo registro da Câmara dos Deputados, o Congresso só voltou a funcionar dez meses depois. A justificativa era assegurar a ordem e a tranquilidade no país. ■

Marielle: AGU quer apuração sobre informações vazadas

Abertura de procedimento foi divulgada pelo presidente Bolsonaro em rede social

O advogado-geral da União, André Mendonça, determinou quarta-feira (30) a abertura de um procedimento para apurar a participação de algum agente público no vazamento de informações sobre as investigações da morte da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes.

O ofício sobre a abertura do procedimento, que deve ser conduzido pela Procuradoria-Geral da União (PGU), órgão subordinado à AGU, foi divulgado pelo presidente Jair Bolsonaro em seu perfil no Facebook.

No documento, Mendonça destaca que a investigação sobre o assassinato de Marielle corre sob sigilo de Justiça, e que a atuação da AGU ocorre considerando que “o referido vazamento foi utilizado para relacionar a pessoa do presidente da República aos possíveis envolvidos no crime sob investigação”.

O procedimento da AGU visa averiguar o envolvimento de algum agente público no vazamento ilícito de informações sobre o caso.

O AGU citou o artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa (8.492/1992), segundo o qual é vedado ao agente público “revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em sigilo”.

Na quarta (30), o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, pediu ao procurador-geral da República, Augusto Aras, que investigasse “todas as circunstâncias” em torno da citação ao nome de Bolsonaro no caso Marielle.

Horas depois, a PGR divulgou que, em decisão sigilosa, Aras determinou o arquivamento da apuração envolvendo a citação de Bolsonaro nas investigações do assassinato, e também que ele encaminhou ao Ministério Público Federal (MPF) do Rio o pedido de Moro para que sejam averiguadas as circunstâncias em torno da citação ao nome do presidente.

A vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, foram assassinados em 14 de março de 2018, no Rio. ■

Bolsonaro retorna após 10 dias de visita a cinco países

Viagem pela Ásia e Oriente Médio terminou com assinatura de acordos comerciais

O presidente Jair Bolsonaro chegou nesta quinta (31/10) ao Brasil após viagem por cinco países da Ásia e Oriente Médio, onde apresentou as reformas que o governo está empreendendo na área econômica e as oportunidades de investimento no país. O voo com a comitiva presidencial pousou por volta das 7h na Base Aérea de Brasília.

Cerca de meia hora depois, Bolsonaro chegou ao Palácio da Alvorada e entrou sem falar com a imprensa. Durante dez dias, ele esteve em encontros e seminários com empresários e investidores e assinou vários acordos bilaterais com os países por onde passou: Japão, China, Emirados Árabes Unidos, Catar e Arábia Saudita.

O presidente começou o tour

pelo Japão, onde participou da cerimônia de ascensão ao trono do imperador japonês Naruhito, em Tóquio e se reuniu com o primeiro-ministro, Shinzo Abe, na busca por novos negócios, como exportação de carne brasileira e acordos em ciência e tecnologia.

Na China, reuniu mais ministros em sua comitiva, como da Agricultura, Tereza Cristina, e o de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que já estavam no país em reuniões com autoridades e empresários para tratar de oportunidades de investimento e aprofundamento as relações comerciais. Com o presidente chinês, Xi Jinping, Bolsonaro assinou vários acordos bilaterais em agricultura e comércio, energia e educação e pesquisa.

Além dos atos com o governo, foram assinados acordos comerciais na área de infraestrutura e agricultura. Bolsonaro ainda convidou empresários chineses para participarem do megaleilão de óleo e gás, que acontecerá em 6 de novembro. Na ocasião, ainda anunciou a isenção de visto para a entrada de chineses no Brasil.

Oriente Médio – No Oriente Médio, o objetivo foi atrair os investidores, em especial para os projetos de concessões e privatizações do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Os países dessa região possuem grandes fundos soberanos em busca de oportunidades em países emergentes. Em visita aos Emirados Árabes Unidos, Bolsonaro firmou

oito atos em várias áreas como paz e segurança, cooperação econômica, inteligência artificial, meio ambiente e defesa e anunciou investimentos do grupo Mubadala, um dos dois grandes fundos soberanos dos Emirados Árabes Unidos, no Brasil.

No Catar, assinou vários acordos, entre eles para a isenção de visto de entrada de turistas, pessoas em trânsito ou em viagens de negócios e para cooperação em grandes eventos esportivos. O país vai sediar a Copa do Mundo de futebol em 2022.

Na Arábia Saudita, anunciou a parceria com o Fundo de Investimento Público saudita (PIF), que pode resultar no desenvolvimento de projetos de até US\$ 10 bilhões no Brasil. ■